



A POSSÍVEL MUDANÇA NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: TÓPICOS ESPECIAIS.

THE POSSIBLE CHANGES ON THE SOCIAL REPRESENTATIONS WHEN TEACHING AFRICAN HISTORY AND AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN HISTORY AND CULTURE: ESPECIAL TOPICS.

Wesley Faria Andrade¹

Resumo: O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que busca discutir a possível mudança nas representações sociais no ensino da história da África e história e cultura afro-brasileira e africana a partir de tópicos diversos sobre a temática que tornou-se obrigatória a partir da Lei nº 10.639 de 2003. Para tanto, autores como Oliva (2006), Munanga (2009), Bittencourt (2015), Moore (2005), Pinto (1985), Castro (2012), dentre outros, foram utilizados para o desenvolvimento epistemológico deste trabalho.

Palavras-chave: Representações Sociais; História da África; História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Abstract: This article is the result of a bibliographical research that seeks to discuss the possible chance in the social representations in the teaching of African History and Afro-brazilian and African History and Culture form several topics on the subject that became mandatory according to the law number 10.639 from 2003. In the pursuit of that authors such as Oliva (2006), Munanga (2009), Bittencourt (2015), Moore (2005), Pinto (1985), Castro (2012), among others were used for the epistemological developmr of this paper.

Keywords: Social representations; African History; Afro-brazilian and African History and Culture.

Introdução

O presente artigo busca debater o ensino da história da África e história e cultura afro-brasileira e africana a partir de alguns tópicos que talvez não



possam ser ignorados pelos docentes, cujas perspectivas e práticas estejam alicerçadas no viés democrático.

Para mais, é oportuno que se tenha consciência de que grande parte ou talvez até mesmo todos os conhecimentos que adquirimos e possuímos sobre as temáticas, podem ser provenientes do senso comum.

Sendo assim, o ensino sobre elas pode ser fruto de um pensamento monolítico e/ou homogeneizado e, com isso, ao imaginarmos ou pensarmos, por exemplo, na África², é possível que sejamos capazes de idealizar um lugar coeso/único e com uma história que não mereça ser destacada entre nós. Essa é certamente uma das muitas representações sociais que cercam esse tipo de ensino.

Desta forma, ao se tratar o ensino da História da África e da História e Cultura Afro-brasileira e Africana deve-se ter consciência de que a representação social sobre esse ensino é, por vezes, consequência dos preconceitos que se fazem vivos em nossa sociedade e/ou cultura, originários desde os primórdios de nossa formação, e que nossos jargões populares e visões estigmatizantes, apresentam-se como resultado dessa representação que dispomos e, que, por essa razão, todo o cuidado é pouco, uma vez que, ela é extremamente desqualificante.

Ademais, para dar prosseguimento à discussão, têm-se nos dois próximos itens alguns tópicos a respeito da História da África e História e Cultura Afro-brasileira e Africana que podem possibilitar uma ressignificação nas representações sociais.

O Ensino da História da África: tópicos especiais.

Os desafios na educação do século XXI são muitos, sendo o ensino da História da África apenas mais um, exigindo cada vez mais dos profissionais do âmbito escolar e, com isso, requisitando competências e habilidades dos professores (principalmente), que no século anterior não se encontrava no rol de sua práxis pedagógica.



Contudo, esse mesmo século também foi primordial para que no presente algumas demandas pudessem ter o seu protagonismo marcado no seio educacional brasileiro e, assim, emergir uma possível mudança nas representações sociais.

Nessa perspectiva, o ensino da História da África apresenta-se para os docentes como um desafio, exigindo-lhes novas competências e habilidades que a grande maioria não obteve nos bancos da academia. Oliva (2006, p. 191) assevera que: “um dos principais problemas que atingem o enfoque da história africana nas salas de aula é a formação “inadequada” dos professores que atuam nos Ensinos Fundamental e Médio”.

Apesar disso, o ensino da História da África representa a valorização e promoção de uma demanda da sociedade civil que pouco era ouvida e considerada na oficialidade dos currículos.

No entanto, tal ensino somente passou a ganhar relevância na nossa realidade educacional a partir da promulgação da Lei nº 10.639 de 2003, quando se tornou obrigatório o ensino da supracitada temática nas escolas, sejam elas públicas ou particulares.

Desta forma, o processo de implementação dessa temática nos currículos escolares, especificamente na disciplina de História é bastante complexo, não somente devido à existência de preconceitos, mas principalmente por causa do foco reducionista ou anacrônico que marca o modo como o ensino da História da África é tratado. Sobre esse aspecto o professor e historiador Kabengele Munanga (2009, p. 20) assegura que: ‘Em termos gerais, tem-se uma imagem muito simples e reducionista, ilustrada por expressões como ‘na África é tudo a mesma coisa; na África é tudo diferente’.

Para mais, segundo Oriá, os livros didáticos de história também têm em grande medida dificultado o desenvolvimento dessa temática nas escolas, visto que:

Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”,



geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. (ORÍ, 2005, p. 380).

Com isso, percebe-se que a possível mudança nas representações sociais no cotidiano escolar depende de uma série de pontos, sendo um deles a qualidade do livro didático, pois conforme Bittencourt:

O livro didático tem sido desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aulas e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. (BITTENCOURT, 2015, p. 72-73).

Além disso, considerando outros pontos, o ensino tem-se mostrado complexo para os professores de História, principalmente porque somente nos anos 1960 surge uma tentativa de resgatar a História da África para fora de toda obscuridade que a cercava. A respeito dessa questão, Laureano ressalta que:

A História da África foi reescrita, entre 1965 e 1971, através de um projeto de vários pesquisadores e do financiamento da UNESCO. Nesse projeto, a intenção era retirar a História da África da obscuridade e lançar alguma luz sobre o conhecimento que se tinha desse continente. (LAUREANO, 2008, p. 339).

Esse projeto de resgatar e ou reescrever ou talvez até mesmo de escrever sobre a História da África transforma-se em um ponto importante para que as representações sociais possam se configurar de modo que as relações étnico-raciais sejam favorecidas, uma vez que, o conhecimento científico interfere decisivamente no senso comum dos indivíduos e, conseqüentemente, na sociedade.

O conhecimento resultado desse projeto se comparado aos de séculos de escritas estereotipadas, preconceituosas, estigmatizantes e, conseqüentemente, discriminativas é pequeno, mas basilar e significativo na medida que aponta e permite o ensino da História da África condizente com a realidade histórica do continente. Para a professora Mônica Lima (2006, p. 78) esse projeto da UNESCO “visava combater em grande parte o que fora



construído no período colonial”. Apesar da importância desse material, somente na época do governo Lula ele foi traduzido para o português e distribuído para todas as escolas públicas.

Não obstante, a abordagem histórica dessa temática é complexa e, de acordo com Moore, alguns fatores devem ser considerados na práxis:

No contexto da história geral da humanidade, a África apresenta um número impressionante de singularidades, em planos diversos, que remetem a interpretações conflituosas e, muitas vezes, contraditórias. É provável que nenhuma das regiões habitadas do planeta apresente uma problemática de abordagem histórica tão complexa quanto a África, e isto se deve a muitos fatores, dentre os quais podemos destacar:

- a sua extensão territorial (30.343.551 km², o que corresponde a 22% da superfície sólida da terra), que vai desde a região do Pólo Sul até o Mediterrâneo, e do oceano Atlântico ao oceano Índico, apresentando uma grande variedade climática;
- uma topografia extremamente variada: grandes savanas, vastas regiões desérticas ou semidesérticas (Sahel), altiplanos, planícies, regiões montanhosas e imensas florestas;
- a existência e interação de mais de 2.000 povos com diferentes modos de organização socioeconômica e de expressão tecnológica;
- a mais longa ocupação humana de que se tem conhecimento (2 a 3 milhões de anos até o presente) e, conseqüentemente, uma maior complexidade dos fluxos e refluxos migratórios populacionais. (MOORE, 2005, p. 5-6).

42

Para mais, o historiador Joseph Ki-Zerbo destaca quatro princípios que podem orientar os estudos da História da África e, conseqüentemente, o seu ensino:

1 Primeiramente, a *interdisciplinaridade*, cuja importância é tal que chega quase a constituir por si só uma fonte específica. [...] 2 Outra exigência imperativa é que *essa história seja enfim vista do interior*, a partir do pólo africano, e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros; a consciência de si mesmo e o direito à diferença são pré-requisitos indispensáveis à constituição de uma personalidade coletiva autônoma. [...] 3 Além disso, essa história é obrigatoriamente a *história dos povos africanos em seu conjunto*, considerada como uma totalidade que engloba a massa continental propriamente dita e as ilhas vizinhas como Madagascar. [...] 4 Além do mais, esta história *devera evitar ser excessivamente fatural*, pois com isso correria o risco de destacar em demasia as influências e os fatores externos. (KI-ZERBO, 2010, p. XLIX a LVI).



Sendo assim, tanto Moore como Joseph Ki-Zerbo, embora de modos diferentes, ressaltam questões importantes para o desenvolvimento de um ensino da História da África calcada em um saber histórico sem equívocos e, por consequência, para fora das perspectivas do senso comum já instituído.

Para mais, o trabalho com a temática precisa iniciar-se e segundo Moore:

A porta de entrada no ensino da história da África passa pelo reconhecimento desse continente nas suas singularidades essenciais como:

- berço da humanidade em todas as suas configurações tanto antiga (Homo Habilis, Homo Erectus, Homo Neanderthalensis) como moderna (Homo Sapiens Sapiens).
- lugar a partir do qual se efetuou o povoamento do planeta, a partir de 80 -100.000 anos a.C.
- berço das primeiras civilizações agro-sedentárias e agro-burocráticas, o mundo ao longo do Nilo (Egito, Kerma, Kush-Meroé). (MOORE, 2005, p. 8).

Considerando essas singularidades nos estudos sobre a temática, talvez, possa-se potencializar as possíveis mudanças nas representações sociais, pois essas indagações possibilitam de algum modo um questionamento das representações já instituídas.

Além disso, ao problematizar essa temática, o docente precisa deixar claro que a heterogeneidade, “talvez”, seja a palavra que resuma a principal característica do continente africano, sem correr o risco de simplificar ou minimizar sua diversidade. A respeito desse ponto, Lima destaca:

A diversidade nas paisagens e nas muitas línguas é acompanhada pela diversidade em opções religiosas, costumes, modos de vida. Isto acontece não apenas entre os países, mas dentro dos mesmos – na Nigéria, por exemplo, se falam cerca de 200 línguas – entre idiomas e suas variações dialetais. (LIMA, M., 2006, p. 76).

Dessa maneira, o ensino da História da África confirmará que esse continente tem história, civilização, cultura, religião, ciência, filosofia e, por conseguinte, um lugar no conhecimento universal.



O Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: tópicos especiais

É fato que o processo de implementação do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana tem sido uma tarefa melindrosa para todos os educadores do país, assim conforme se mencionou a respeito do ensino da História da África, afinal, ambos encontram-se no mesmo processo histórico da educação nacional.

Contudo, Pinto ao discutir as dificuldades sobre o desenvolvimento da temática da pluralidade étnica no cotidiano da sala de aula ressaltou na época os seguintes pontos:

As condições desfavoráveis de trabalho, a falta de oportunidade para discutir o problema, e para se atualizar, a quantidade de matéria a ser ministrada em curto espaço de tempo, a impossibilidade de abordar esse tema de forma integrada com outras disciplinas, a ausência de uma filosofia que os articule em torno de um ideal e de um objetivo dentro da escola, e as próprias falhas de sua formação são os fatores que, a meu ver, vêm impedindo uma ação mais eficaz de sua atuação. (PINTO, 1985, p. 10).

44

A problemática apontada pela autora é adequada para a caracterização de um conjunto de dificuldades que afligem o cotidiano dos docentes ao desenvolverem a temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e/ou História da África, visto que são os mesmos da pluralidade étnica.

Apesar disso, a temática na sala de aula mostra-se diante dos professores como uma possibilidade de eliminar ou minimizar os problemas inerentes do preconceito, do estigma, do estereótipo, da discriminação e da democracia racial, uma vez que tal ensino tem por intenção combater essas questões na relações étnico-raciais, pois segundo Paulo Freire (2004, p. 36): “faz parte do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, classe, de gênero ofende a substancialidade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

Nesse sentido, o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, assim como da História da África na educação básica é uma ferramenta de



luta para as relações étnico-raciais ao proclamar a valorização da diversidade do país, tendo como objetivo trazer para o nosso cotidiano escolar o protagonismo da população negra, bem como dos lugares de memória dessa parcela da sociedade. Sobre o protagonismo, Mattos (2010) destaca dois personagens negros da História do Brasil: Zumbi dos Palmares e Henrique Dias.

O primeiro personagem, Zumbi dos Palmares, é um bom exemplo para que o docente descaracterize a representação social de que o negro sempre se manteve pacífico e cordial diante da escravidão, pois a partir de Zumbi evidencia-se que a relação do negro com a escravidão envolveu revoltas, fugas e formação de quilombos, portanto, não foi cordial muito menos pacífica.

E, Henrique Dias, o segundo personagem, é interessante para desmontar a representação social de que a função ou participação do negro resumia-se ao trabalho compulsório. Tal personagem histórico foi um dos mais importantes no processo de expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, chegando a receber o “título de governador-geral dos crioulos, negros e mulatos do Brasil” (MATTOS, 2010, p. 215). Assim, trabalhar esse personagem em sala de aula favorece de alguma forma um processo de ressignificação da representação social do negro como sinônimo exclusivo para o trabalho compulsório, pois o referido personagem se configura em um episódio militar e, com isso, exerce outra funcionalidade, que em nada se relaciona com o contexto da escravidão.

Assim, destacar esses personagens históricos na disciplina de História, talvez, seja uma boa maneira de transformar as representações sociais, por outras, cujas bases sejam mais democráticas.

Além disso, sobre os lugares de memória, recentemente na cidade do Rio de Janeiro junto às obras de revitalização urbanística da cidade, floresceu um dos principais locais de chegada de africanos, o Cais do Valongo³.

O Cais do Valongo transforma-se em um lugar de memória⁴ importante, pois, foi por ele que milhares de africanos chegaram ao Brasil trazendo em



suas bagagens não somente a força de trabalho, mas também conhecimentos, saberes e tudo o mais que os permitiu marcar a nossa realidade histórica, cultural, social e religiosa. Nossa língua, por exemplo, está impregnada por palavras cujas origens estão nas línguas bantas, Castro frisa algumas:

no âmbito da recreação (samba, capoeira), dos instrumentos musicais (berimbau, cuíca, agogô), da culinária (mocotó, moqueca), da religiosidade (candomblé, umbanda), das poéticas orais (os tutus dos acalantos, o tindolelê das cantigas de roda), das doenças (caxumba), da flora (dendê, maxixe, jiló), da fauna (camundongo, minhoca), dos usos e costumes (cochilo, muamba), dos ornamentos (miçanga, balangandã), das vestes (tanga, sunga), da habitação (cafofo, moquiço), da família (caçula, babá), do corpo humano (bunda, corcunda, banguela, capenga), das relações pessoais de carinho (xodó, denço, cafuné), dos insultos (sacana, lelé), do mando (bamba, capanga), do comércio (quitanda, muamba, maracutaia). (CASTRO, 2012, p. 37).

Nessa lógica, ao evidenciar algumas palavras de origem das línguas bantas inseridas no vocabulário da Língua Portuguesa, a autora corrobora a presença da história e cultura afro-brasileira e africana em outros aspectos que vão além do linguístico como, por exemplo, o samba e o candomblé.

No caso do candomblé, particularmente, a representação social que caracteriza essa religião é que ela é a manifestação do mal. Todavia, a referida representação nada traz sobre o fato de que tal religião afrodescendente desenvolve-se basicamente a partir da oralidade e que essa característica é essencial para o seu desenvolvimento religioso, seja nos ritos, ensinamentos ou outros aspectos da vida religiosa.

Nota-se então que as religiões afrodescendentes são formadas, formuladas e fundamentadas através do viés da oralidade. Ademais, sobre o candomblé, Cappelli assevera:

O candomblé surge como resultado de um grande acordo entre os negros de diversas origens a respeito de como seria o culto e quais divindades deveriam ser louvadas [...]. Apesar disso, não devemos esquecer que cada cidade possuía a sua divindade, podemos imaginar a inúmera quantidade de orixás existentes na África. No entanto, só alguns “sobreviveram” a travessia. Entre os principais podemos citar:



- Oxalá: divindade da criação dos seres humanos; soberano que tudo comanda.
- Xangô: divindade dos trovões, da pedreira e da justiça.
- Ogum: governa o ferro, a metalurgia, a guerra. É o dono dos caminhos, da tecnologia e das oportunidades de realização pessoal.
- Oxossi: divindade das florestas e da caça.
- Omolu: divindade da transformação, da peste, da varíola e das doenças contagiosas.
- Oxumarê: divindade serpente que controla as chuvas e o arco-íris, a fertilidade das terras e, em consequência, as boas colheitas.
- Exu: o grande mensageiro, responsável pelo contato entre os demais orixás e os humanos, guardião dos templos, das casas e das pessoas.
- Iemanjá: divindade da fertilidade e das águas salgadas.
- Oxum: divindade da beleza e das águas doces, dona do ouro e da vaidade.
- Iansã: divindade dos raios e das tempestades, dos ventos e dos relâmpagos. Soberana dos espíritos dos mortos, que encaminha para o outro mundo.
- Nanã: divindade guardiã do saber ancestral, uma das mais velhas, da lama teria feito os seres humanos.
- Ossaim: divindade das ervas e das folhas. Sem sua ciência nenhum remédio mágico funciona.
- Ifá: divindade conhecedora do destino dos homens, que detém o saber do oráculo, que ensina a resolver todo problema ou aflição. (CAPPELLI, 2013 p. 336-337).

Dessa forma, o processo de modificação das representações sociais, por outras, não é fácil e requer saberes específicos que não são encontradas no bojo das representações sociais já existentes. Assim, não há como o docente conseguir um bom resultado considerando apenas o que já há nas bagagens das atuais representações sociais, pois o saber construído por elas não são favoráveis ao desenvolvimento da temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Além dessas questões levantadas até aqui, ao iniciar os estudos sobre a temática, outras reflexões são extremamente importantes para que tal ensino sirva positivamente para modificação das representações sociais. De acordo com Lima, é preciso trazer as seguintes questões para o centro das discussões:

- 1 – Os africanos e seus descendentes nascidos da diáspora no Novo Mundo [...] eram seres humanos, dotados de personalidade, desejos, ímpetos, valores. Eram também seres contraditórios, dentro da sua humanidade. [...] Não há como uniformizar atitudes, condutas e posturas



e idealizarmos um negro sempre ao lado da justiça e da solidariedade. O que podemos e devemos ressaltar são os exemplos destes valores de humanidade, presentes em muitos, e injustamente negados e tornados invisíveis pela sociedade dominante. [...].

2 – O nosso desconhecimento sobre a história e a cultura dos africanos e dos seus descendentes [...] pode fazer muitas vezes com que optemos por utilizar esquemas simplificados de explicação para um fenômeno tão complexo quanto à construção do racismo entre nós. [...]

3 – Nós nos acostumamos a ver as manifestações culturais de origem africana confinadas ao reduto do chamado “folclore”. [...]. Sobretudo no mundo contemporâneo, em que a modernidade está repleta de significados positivos, o folclore e o popular não poucas vezes com o atraso – algo curioso, exótico, porém de menos valor. Logo, se não problematizarmos a inserção da cultura africana neste registro, correremos o risco de não criarmos uma identidade nem estimular o orgulho de a ela pertencermos. [...].

4 – Faríamos uma viagem perdida à África se fossemos buscar lá as origens puras das religiões de matriz africana, ou dos ritmos, danças e brincadeiras com que hoje convivemos na nossa cultura popular. O candomblé, a capoeira, a congada, o maracatu, são manifestações nascidas no Brasil. [...] Na África encontraremos algumas de suas bases, mas nunca sua forma original [...]. (LIMA, M., 2006, p. 71-73).

48

Sendo assim, considerando os pontos expostos pela a autora, pode-se dizer que esse ensino exige do docente uma reflexão da sua prática, bem como de suas perspectivas, requisitando-o consciência da importância de possuir uma postura pedagógica reflexiva sobre o desenvolvimento dessa temática para que não reafirme elementos e/ou conteúdos sociais, cuja lógica se insira na manutenção de representações sociais nada favoráveis as relações étnico-raciais.

Ademais, o trabalho com a história e cultura afro-brasileira e africana e, por conseguinte, com história da África na sala de aula garante a proclamação das diferenças culturais e ao mesmo tempo a sua inclusão no processo educativo.

Nessa linha, a prática e a perspectiva docente não podem concentrar-se em ações e práticas homogeneizantes ou monoculturais, pois isso em nada ajudaria no desenvolvimento de uma possível mudança nas representações sociais.

Para mais, estamos diante de uma contemporaneidade, cuja população estudantil é cada vez mais diversificada, assim “não é mais possível ter como



modelo à educação escolar e à não formal práticas monodisciplinares e descoladas da realidade social” (TOSTA; ALVES, 2012, p. 191).

Dessa maneira, o ensino da temática é uma contraposição ou justaposição à homogeneização cultural escolar e ao mesmo tempo um processo de afirmação das identidades e singularidades culturais de grupos sociais que outrora não se faziam presente na realidade escolar ou eram o grupo minoritário.

Assim sendo, considerando os pontos ressaltados, percebe-se que o docente que se propõe ao desenvolvimento da temática da história e cultura afro-brasileira de modo crítico e reflexivo, propõe-se rumo ao pensamento complexo, pois conforme Edgar Morin (2011, p. 14) nesse tipo de pensamento “deve enfrentar o emaranhado”.

Dessa forma, o emaranhado que o docente enfrentará nessa temática é um conjunto de representações sociais, cujos conteúdos sociais não são favoráveis ao seu desenvolvimento, pois no Brasil durante séculos e sobre as variadas justificativas, dentre elas racistas, a história e cultura afro-brasileira e africana foi literalmente silenciada ou desprezada, não somente pelo poder público, ou seja, o Estado, mas até mesmo por nós, membros da sociedade civil, ficando em nossas experiências um senso comum repleto das heranças da democracia racial ou de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

49

Considerações finais

Nessa lógica, o trabalho com a temática da história e cultura afro-brasileira e africana, bem como da história da África na sala de aula, garante não somente a proclamação das diferenças culturais, mas sim um processo de inclusão, pois reconhece elementos históricos e culturais da matriz negra na formação e constituição da identidade nacional e/ou história nacional.

Para tanto, a práxis do professor precisa ressignificar as representações sociais e, para isso, é preciso que o próprio docente seja capaz de fazer isso primeiro com as suas próprias representações e, nesse sentido, talvez o grande problema esteja no fato de que os professores não se



reconheçam como indivíduos que compartilham com os outros um senso comum, e não ter consciência desse fato limita as possibilidades de mudanças de suas próprias representações sociais.

Dentro de toda essa lógica, entende-se que a validade desse tipo de ensino no cotidiano escolar, não se justifica sob um contexto de medida compensatória, uma vez que, isso seria um pensamento muito reducionista, mas sim devido à necessidade de uma educação cujos saberes trabalhados na realidade escolar possam trazer novas perspectivas ao nosso senso comum e com ele emergir representações sociais mais democráticas, para que assim tais ensinamentos orientem-se em direção a uma educação para as relações étnico-raciais, que caracteriza-se devido ao seu caráter antirracista e democrático, potencializando as relações sociais e fazendo com que o processo de inclusão vá além de uma simples inserção de conteúdo.

E, por fim, percebe-se que uma nova perspectiva para o senso comum precisaria nascer do trabalho docente, para que assim seja possível uma representação social mais democrática. Portanto, estudos a respeito do senso comum dos professores, são primordiais para que se compreenda a maneira como as representações sociais desses profissionais estão sendo estruturadas e como pode se inferir nelas para que se maximize as possibilidades de mudanças nas suas representações sociais.

50

Notas:

1. Licenciado em História e Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (2008, 2016). Possui pós-graduação em Gestão Escolar pela Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (2011) e em Educação e Relações Raciais pela Universidade Federal Fluminense (2015). Atualmente é pós-graduando em Cultura, Patrimônio e Educação: Diálogos no território pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: wesley.professor@hotmail.com

2. A África é o segundo continente do mundo em população, com mais de 800 milhões de habitantes. Lá vivem 13 de cada 100 pessoas do mundo, e a taxa de crescimento da população é uma das mais altas do planeta: de quase 3% ao ano. É o terceiro continente do mundo em extensão, com cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, que corresponde a 20,3% da área total da Terra. (LIMA, 2006, p. 75).



3. Em 1774, o Vice-Rei Marquês do Lavradio determinou que passasse a ficar “fora dos limites da cidade” do Rio de Janeiro o comércio de africanos. O novo local escolhido para esse comércio foi o Valongo, entre a Pedra do Sal e a Gamboa. A ideia, com propósito de não contaminar a cidade, era isolar os recém-chegados que ali esperariam a venda para depois saírem diretamente pelo mar, através do Cais do Valongo e outros trapiches próximos. Estima-se que passaram pela região quase 1 milhão de africanos. A partir de 1831, com a proibição do tráfico de africanos pelo Governo Imperial, a entrada de escravos pelo Valongo diminuiu significativamente e os comerciantes tiveram que buscar maior discrição nos negócios de africanos. Procuraram locais mais seguros para o tráfico, em geral, em praias isoladas, mas não muito distantes dos polos dinâmicos da economia brasileira, como as regiões cafeeiras do sudeste, que requisitavam mão de obra escrava africana. (HONORATO, 2008, p. 6).

4. Segundo Jacques Le Goff, a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas [...]. Memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. (SILVA, K.; SILVA, M., 2005, p. 275).

Referencias Bibliográfica:

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências*. Presidência da República. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/1JeR0NF>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CAPPELLI, Rogério. *Religiões de Matriz Africana*. In: OLIVERIA, Iolanda de; GONÇALVES, Maria das Graças; MÜLLER, Tânia Mara Pedrosa (Orgs.). *Cadernos PENESB*, v. 12, p. 321-363, 2013.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Camões com Dendê. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 7, nº 78, mar. 2012, p. 36-39.

COLEÇÃO História Geral da África da UNESCO Volume I (Metodologia e pré-história da África) (Editor Joseph Ki-Zerbo, 2010).

HONORATO, Claudio de Paula. *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2008.



LAUREANO, Marisa A. *O ensino de História da África. Ciências e Letras*, FAPA, nº 44, p. 1-310, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2domtma>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

LIMA, Mônica. *História da África: temas e questões para a sala de aula. Cadernos PENESB*. Niterói, v. 7, p. 68-101, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2cS3jVe>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

_____. *História da África*. In: OLIVERIA, Iolanda de; GONÇALVES, Maria das Graças; MÜLLER, Tânia Mara Pedrosa (Orgs.). *Cadernos PENESB*, v. 12, p. 21-62, 2013.

MATTOS, Hebe. *O herói negro no ensino de História do Brasil: representações e uso das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MOORE, Carlos W. *Novas bases para o ensino da história da África no Brasil: considerações preliminares*. Disponível em: <<http://bit.ly/2d2WsOb>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2015.

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A história africana nos cursos de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências*. *Estudos Afro-Asiáticos*. v. 28, p. 187-219, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2dgg6jU>>. Acesso em: 30 mar. 2018.